

CONTABILIDADE AMBIENTAL: VISÃO TEÓRICA, DEFINIÇÃO E TENDÊNCIAS

RIBEIRO, Vagner Cavalcanti
FERREIRA, Eliana Alves
LYRA, Jairo Roberto Mendonça
SANTOS, Elizeu José dos
SOUSA, Jane Guimarães

Resumo

As grandes organizações são dependentes da utilização de insumos para confecção de produtos e entrega de serviços em um contexto cada vez mais amplo e dinâmico. A partir destas constatações e pensando em organizações com atuação global, torna-se imperativo a criação de planos estratégicos por parte das empresas para ações que visem o meio ambiente e a sua preservação como fonte de matéria prima. Um número cada vez maior de empresas tem adotado a Governança Corporativa, principalmente as sociedades anônimas de capital aberto e como consequência divulgado dados específicos de seus investimentos em meio ambiente e sustentabilidade por meio da contabilidade ambiental.

Palavras Chave: Contabilidade Ambiental, Governança Corporativa, Meio Ambiente.

Abstract

Large organizations are dependent on the use of inputs for making products and delivering services in an increasingly broad and dynamic context. From these findings and thinking about organizations with global performance, it is imperative to create strategic plans by companies for actions aimed at the environment and its preservation as a source of raw material. An increasing number of companies have adopted Corporate Governance, mainly publicly traded corporations and as a consequence, have disclosed specific data on their investments in environment and sustainability through environmental accounting.

Keywords: Environmental Accounting, Corporate Governance, Environment.

1. Introdução.

Desde a Revolução Industrial até os dias atuais, tem havido processos contínuos de avanços tecnológicos que mudam constantemente a atuação das organizações e a visão dos consumidores sobre a utilização dos recursos de produção disponíveis. Muitas pessoas têm mudado seus comportamentos e a visão sobre a natureza com preocupações ambientais que impactam diretamente as organizações e as formas de comercialização de bens, produtos e serviços.

Dentro deste panorama, destaca-se nos dias atuais o papel da Contabilidade Ambiental. Esta prática está em evidência e faz parte do cotidiano de várias organizações, visto que a preservação do meio ambiente e boas práticas de governança corporativa não estão mais restritas ao ambiente interno das companhias nacionais e estrangeiras que atuam no mercado brasileiro e internacional.

Todo ambiente externo das organizações, formados pelos *stakeholders* (um indivíduo, grupo de indivíduos ou entidades com interesses legítimos nas atitudes e no desempenho de uma organização) e *shareholders* (conjunto de pessoas que afetam ou podem ser afetados de maneira significativa, pela organização, incluindo os próprios acionistas) estão cobrando das empresas ações no sentido de preservar o meio ambiente.

Para verificação deste comportamento começam a exigir e validar a Contabilidade Ambiental como uma ferramenta útil e válida para demonstrar as ações adotadas pelos gestores para o crescimento organizacional de forma sustentável. Nota-se também que não apenas as indústrias que historicamente sempre foram apontadas como vilãs do meio ambiente estão sendo cobradas neste novo contexto. Toda cadeia produtiva está sendo envolvida nos processos de preservação.

Uma empresa que revende produtos passa a ter a obrigação de verificar a origem e procedência de todos os itens de venda de sua organização, sob pena de ser acusada ou envolvida com outras empresas que atuam ilegalmente ou que não possuem preocupações adequadas com o meio ambiente.

Nesse sentido, o presente artigo pretende ampliar a discussão da utilização da Contabilidade Ambiental como ferramenta de gestão para a tomada de decisão de práticas ambientais positivas para as organizações e todos os seus *stakeholders e shareholders*.

2. Referencial Teórico

A Gestão Ambiental e a Contabilidade Ambiental são itens recentes nos processos decisórios de empresas brasileiras. Porém fazem parte de um universo amplo e ilimitado para pesquisas e discussões.

Neste artigo pretende-se apresentar definições envolvendo os temas de: Conceito de Meio Ambiente, Contabilidade Ambiental, Evolução Histórica no Ambiente Internacional e Contabilidade Ambiental no Brasil, através de pesquisas e revisão bibliográfica.

A seguir serão analisados os fatores, vantagens e desvantagens de se adotar a Contabilidade Ambiental baseados em estudos múltiplos de casos (YIN, 2015) e no detalhamento de balanços ambientais que possam colaborar com a compreensão do tema em questão.

2.1 Conceito de Meio Ambiente

De acordo com Ferreira (2011) meio ambiente é uma área de conhecimento considerada multidisciplinar e seu campo de conhecimento forma-se com base no conhecimento de outras ciências, podendo ser dividido por aspectos: ar, solo e subsolo, fauna, flora, paisagem. Em contra partida Braga (2007) define meio ambiente como um elemento essencial para a vida e por isso deve ser tratado como um tema de responsabilidade social nas empresas.

Consideremos que o meio ambiente envolve, além do próprio homem, as relações que este estabelece com o meio em que vive, a natureza. A valorização desse meio ambiente é um dos aspectos mais críticos de todo o processo de contabilização, de forma que o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é o resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características do meio ambiente.

A contabilidade como ciência apresenta condições, por sua forma sistemática de registro e controle, de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades (empresas) que se utilizam da exploração do meio ambiente.

Partindo da questão do legislativo onde o presidente da república faz saber no congresso nacional onde decreta e sanciona a Lei nº. 6.938 de 31 de Agosto de 1981 que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, em seu artigo 3º, inciso I, destacam que: “Entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Desta forma, e considerando que a definição não é distinta entre autores, a interpretação de cada pessoa é que torna esse conceito abrangente. O primeiro entendimento está diretamente ligado à natureza. Porém, pode-se entender o meio ambiente como o lugar em que as pessoas trabalham, o meio ambiente de trabalho, por exemplo.

Para que o conceito abranja o tema, decidimos envolver a definição de meio ambiente como o lugar, espaço ou recinto que cerca ou envolve os seres vivos e/ou as coisas, no modo diário e nos impactos das empresas e, conseqüentemente, as suas gestões.

O meio ambiente é preocupação que veio para ficar, na vida da sociedade modernos isso é um fato predominantes em pensamentos e atitudes humanas e empresarias, desta forma que Phillip (2014) entende a definição etimológica do termo meio ambiente como tudo o que vai à nossa volta, tudo o que nos rodeia... Mais ainda, as transformações introduzidas pelo homem.

Desse modo, e tendo em vista a necessidade da construção do artigo, entendemos a questão ambiental em meio a uma enorme complexidade e, sendo assim, percebemos a necessidade da abordagem através da contabilidade ambiental e como destaca Phillip (2014), o meio ambiente é uma realidade total e abrangente, constituindo mesmo uma teia com infinitas implicações e não pode ser estudado ou tratado por uma ou algumas ciências isoladamente.

Portanto, para melhor compreensão do surgimento da Contabilidade Ambiental, é importante entender que o Meio Ambiente, ao longo dos anos, é um assunto aberto para discussões, sendo que na década de 1990 houve uma crescente preocupação com os problemas ambientes e ocorreram várias discussões preocupadas com a vida futura da humanidade.

O grande positivismo da Contabilidade Ambiental é suprir as necessidades das organizações (empresas) e da sociedade, pois estará demonstrando monetariamente o processo de preservação ou degradação do meio ambiente. Com o objetivo de detalhar e explicitar as

definições do tema será apresentado à estrutura contábil e alguns exemplos presentes no cotidiano.

2.2 Contabilidade Ambiental: Evolução histórica

Há afirmações que a noção intuitiva de contas, ou seja, da contabilidade seja, tão antiga quanto a origem do *Homo Sapiens*. O homem primitivo com toda a sua escassez tentava contabilizar seus ganhos e perdas com a caça e seus cultivos. Desse modo Iudícibus (2010) explica que possivelmente os primeiros exemplos de contabilidade foram registrados um milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia (Hoje Iraque) e também no Egito e na China.

A contabilidade surge da necessidade que o homem tem de controlar e administrar seu patrimônio. Luciandra (2000) aponta que, historicamente, a contabilidade teve o seu desenvolvimento vinculado ao avanço capitalista. Nos séculos XII e XIII a contabilidade obteve um significativo crescimento devido ao processo de produção da sociedade capitalista, gerando assim mais trabalho. Nesta época o trabalho escravo foi desaparecendo dando espaço ao trabalho assalariado. Ainda no século XIII, surgiu pela primeira vez a conta “capital” para representar a origem de recursos investidos pelos proprietários nas companhias.

Entre os séculos XV e XVI apareceram os monopólios de comércio, sendo necessário a criação de registros contábeis. A princípio era o proprietário que desenvolvia estas atividades, mas com o surgimento das Letras de Câmbio, dos Cheques, dos Contratos Comerciais, dentre outros, veio a necessidade de um controle maior por profissionais especializados, que na época eram chamados de “*Guarda-livros*”. (Antiga denominação dada aos contadores). Segundo Iudícibus (2010), o acompanhamento da evolução do patrimônio líquido das entidades de qualquer natureza constitui-se no fator mais importante da evolução da disciplina contábil.

No século XXI, são vários os fatores que desafiam a contabilidade a adequar-se às situações impostas pela sociedade, dentre as quais se destaca a informação relativa ao meio ambiente. Desta forma Iudícibus (2010, p. 48), que “[...] através dos tempos, verifica-se que

normalmente o grau de avanço da contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade”. Desse modo, percebemos que desde o princípio a contabilidade surge para o dono do negócio, visando a obter informações de seus lucros, sendo então desenvolvida para fornecer informações como um todo.

Um ponto importante do fato histórico que impactou a contabilidade foi a Revolução Industrial que teve início no século XVIII, na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. Enquanto na Idade Média o artesanato era a forma de produzir mais utilizada, na Idade Moderna tudo mudou. Isso porque a burguesia industrial, ávida por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Também podemos apontar o crescimento populacional, que trouxe maior demanda de produtos e mercadorias. Devido a essa necessidade surge a contabilidade de custos.

Nesse sentido, Iudícibus (2010) adverte que a contabilidade está envolvida por tecido econômico e gerencial, com suas ampliações comportamentais, sociais, ambientais. Ademais, a ciência contábil é antiga e predominante até nos tempos atuais e é por esse motivo que no século atual são vários os fatores que desafiam a contabilidade a adequar-se às situações impostas pela sociedade, dentre as quais se destaca a informação relativa ao meio ambiente e à contabilidade ambiental.

A Contabilidade Ambiental estuda o patrimônio ambiental das entidades, formado por bens, direitos e obrigações, ou seja, origens e aplicações de recursos. Luciandra (2000) explica que os recursos financeiros aplicados à atividade da empresa são oriundos de fontes externas e internas. As fontes externas estão relacionadas com todas as obrigações assumidas pela empresa perante terceiros e estão representadas pelo passivo exigível. Já as fontes internas são aquelas oriundas do capital dos proprietários, ou seja, patrimônio líquido. Todos estes recursos serão aplicados em bens e direitos, que irão compor o ativo.

Sendo divididos em:

- Contas Patrimoniais Ambientais
 - Ativo Ambiental
 - Passivo Ambiental
- Contas de Resultados Ambientais
 - Receita Ambiental
 - Despesa Ambiental

- Custo Ambiental

2.2.1. Ativo Ambiental

O Ativo é muito importante na contabilidade, pois está ligado à multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas. Iudícibus (2010), apresenta uma definição, argumentando que ativo é o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade, entregue à sua direção, tem em vista.

Como essa definição expressa uma forma restrita Iudícibus (2010), com ajuda de alguns alunos da USP define ativo como recursos controlados por uma entidade, capaz de gerar, mediata ou imediatamente, fluxos de caixa. É a partir desse ponto que o ativo ambiental assume grande importância na Contabilidade Ambiental e também nas organizações, Desta forma, Braga (2007) define ativo ambiental com sendo recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos, dos quais, se espera obter benefícios econômicos futuros, e que tenham por finalidade o controle, a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Nesta mesma direção, Luciandra (2000) define de maneira simples, que ativo ambiental se resume aos bens e direitos adquiridos pela entidade com a finalidade de controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Por ser um recurso que a empresa controla de ocorrências passadas e dos quais são esperados benefícios futuros econômicos, diretos ou indiretos.

Segundo Gonçalves e Helidoro (2009) os ativos ambientais podem ser identificados como peças, ou mesmo acessórios utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição, com investimentos em máquinas, equipamentos, instalações obtidos e produzidos com a finalidade de atenuar os impactos no meio ambiente. Os gastos com pesquisas buscam desenvolver tecnologias modernas a médio e a longo prazo, de modo a obter benefícios que irão repercutir nos exercícios seguintes, o que é também considerado como ativos ambientais.

Assim sendo, os ativos ambientais são bens adquiridos pelas empresas para controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. Gonçalves e Helidoro (2009) mencionam que as características dos ativos ambientais são diferentes de empresa para empresa, pois os processos produtivos e os bens utilizados no processo, controle, conservação e preservação do

meio ambiente variam conforme a empresa. Portanto, cada vez mais são realizados esforços no sentido de proteger o meio ambiente, reduzindo e prevenindo os efeitos da poluição.

2.2.2. Passivo Ambiental

Passivo tem o sinônimo de exigibilidade, de modo que são todas as contas de saldo devedor. Para Iudícibus (2010), a obrigação contida nessa definição deve surgir de alguma transação ou efeito passado. Desse modo, Braga (2007) analisou o passivo e apresenta que este tem três características: uma obrigação presente; obrigações legais, justas ou construtivas; e transações e outros eventos. Tais características são extensivas aos passivos meio ambiente, sendo que a última, transações e outros eventos, considera que para existir um passivo o gerador deve estar realizado.

O tipo de composição para as exigibilidades ambientais também é aplicável, tendo em vista o enfoque ambiental e sustentável, e por isso Braga (2007) define argumenta que passivo meio ambiente origina-se por um fato gerador passado ou presente, decorrente de uma dívida efetiva ou de ato futuro relacionado ao meio ambiente, que exigirá, em um prazo determinado ou determinável, a entrega de ativos ou a prestação de serviços em um momento futuro.

De um modo sucinto Luciandra (2000) aborda e explica que compõe o Passivo Ambiental as obrigações contraídas perante terceiros, que serão realizadas para preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, e assegura que o passivo ambiental também pode ser representado por todo dano causado ao meio ambiente, constituindo-se numa obrigação, ou responsabilidade social da empresa com aspectos ambientais, de modo que estas obrigações podem ser voluntárias e involuntárias.

Devido ao grande número de definições acerca do assunto, Gonçalves e Helidoro (2009) entendem que os passivos ambientais estão relacionados com financiamentos específicos relativos ao meio ambiente e representam todas as obrigações a curto/longo prazo com o propósito de financiar investimentos em ações relacionadas com a preservação do meio ambiente.

Em virtude do longo período que as empresas utilizaram os recursos naturais, sem a devida contabilização, fica cada vez mais difícil o reconhecimento por parte das empresas do passivo ambiental, pois reflete negativamente em suas demonstrações econômico-financeiras.

Uma vez que o seu reconhecimento pode causar a descontinuidade da operação e até mesmo penalidades de órgãos responsáveis pelo licenciamento e fiscalização.

Desse modo decorre o aspecto negativo como no caso de empresas que, por longo tempo, agrediram o meio ambiente e devem ressarcir com quantias, a título de indenizações ou multas, mas ocorrem as positivas oriundas de atitudes responsáveis, onde empresas conscientes aplicam um sistema de gerenciamento ambiental.

2.2.3. Receita Ambiental

Para compreensão acerca da Receita Ambiental, recorreremos a Iudícibus (2010), que define receita como sendo a entrada de elementos para o ativo, em forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes a vendas de produtos ou mercadorias, ou à prestação de serviços. Verifica-se que as receitas ambientais derivam de atitudes socialmente responsáveis como o aproveitamento ou a venda de produtos reciclados. Atitudes como estas, passaram a fazer parte do cotidiano das empresas para que seja possível conter o desperdício dos recursos naturais ainda disponíveis.

Nesse sentido, Braga (2007) explicita alguns exemplos de receitas ambientais que decorrem de prestação de serviços especializados em gestão ambiental, tais como, venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; podendo ser tantos outros dependendo da atividade da empresa e seu segmento.

2.2.4. Despesa ou Custo Ambiental

Iudícibus (2010) menciona que a despesa refere-se a gastos efetuados no passado e no presente ou que serão realizados no futuro. As despesas ou custos serão reconhecidos sempre no momento em que se consumiu um bem ou serviço, seja para obtenção de um produto ou a manutenção da atividade da empresa, bem como para se efetuar alguma forma de investimento no ativo da companhia.

As despesas ambientais representam todo empenho, todo esforço direto ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens

ou serviços que vise única e exclusivamente à preservação do meio ambiente. Para o reconhecimento dos custos e despesas, Luciandra (2000) afirma que devemos observar dois aspectos: Os gastos necessários e a recuperação e reparação de danos causados ao meio ambiente têm o seu fator gerador em momentos passados. Esses gastos devem ser contabilizados no exercício em que têm início as atividades de recuperação. É necessário trabalhar para o devido provisionamento durante o período da produção, responsável pelos danos a serem causados. Os gastos para preservação, redução ou eliminação da poluição que ocorre simultaneamente ao processo produtivo, devem ser alocados como custos necessários à produção da receita do período.

2.3 - Contabilidade no Brasil

No nosso país, em pleno regime militar no ano de 1973, criou-se a Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA), porém as questões ambientais não eram primordiais ao governo.

Um dos encontros importantes ocorridos no Brasil que serve de referência para a construção da Contabilidade Ambiental ocorreu em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro com mais de 35.000 pessoas, entre chefes de governos e estados, e entidades como ONU, que estiveram interessadas em participar de uma Conferência sobre o Meio Ambiente e seu principal relatório construído nesse evento foi chamado de Agenda 21, que foca situações voltadas à natureza e também a questões mais abrangentes que envolve as organizações como geração de emprego e renda, as mudanças no padrão de produção e consumo; a construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

A Agenda 21 dividiu-se em Global, Local e Brasileira. Para essa necessidade e criação da Contabilidade Ambiental é citado na Agenda 21¹, Cap. 8, letra d (1992) que existe a necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas.

¹ A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. Fonte: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso: 23-fev-2017.

Phillip (2014) destaca que a RIO_92² abriu novas esperanças para o enfrentamento da questão ambiental. A primeira vista para as organizações essas mudanças podem acarretar maiores custos que se fazem necessários para atender as exigências da Contabilidade Ambiental. Donaire (2011) comenta que a mudança importante que ocorre é comprometimento gerencial, a busca por melhorias nos processos de produção ou na prestação de serviços com o foco na preservação ambiental. As organizações manterão a mesma forma no balanço patrimonial e atenderão ao código civil cap. IV- Artigo 1.188 onde vemos que “[...] o balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e passivo”.

As organizações devem compreender que a legislação permanece intacta, mas têm a obrigação de manter os pagamentos ao governo (tributos) e visar maior atenção aos aspectos ambientais da natureza e não somente o estratégico da organização. Faz necessário, nos tempos atuais, que cada indivíduo, sendo um consumidor ou tomador de serviço, busque transparências no modo de trabalho de cada organização, pois é politicamente correto adquirir um bem ou serviço de empresas que preservam o meio ambiente, que cuidam para no futuro existir meio ambiente e não apenas a destruição.

Donaire (2011) afirma que nesse sentido a sociedade cobra um novo papel de cada empresário /organização, visando não apenas aos valores econômicos, mas também sociais. A contabilidade ambiental conforme Luciandra (2000), tem como finalidade atender à sociedade em geral, por meio das demonstrações e relatórios, informando a atuação da empresa no que diz respeito ao meio ambiente.

Luciandra (2000) entende que a contabilidade ambiental apresenta informações relativas ao meio ambiente, sendo um patrimônio da humanidade; ela identifica os custos, despesas e possíveis receitas ambientais correlacionadas à atividade da empresa e demonstra todo o patrimônio ambiental da mesma, seja no ativo ou passivo. Segundo Zanluca (2009), o objetivo da contabilidade ambiental é propiciar informações regulares aos usuários internos e

² Também conhecida como Cúpula da Terra, ela reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época. "O primeiro uso do termo é de 1987, no relatório Brundtland, feito pela ONU. Esse documento norteou as discussões sobre um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais preocupado com questões ambientais", explica o geógrafo Fábio Piccinato. Fonte: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conferencia-onu-meio-ambiente-rio-92-691856.shtml>. Acesso: 23-fev-2017.

externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade, quantificado em moeda.

Ferreira (2011) assegura que Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Ou seja, esse conjunto de informações que o autor menciona não é uma nova contabilidade, mas uma especialização.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a Contabilidade Ambiental irá facilitar o entendimento dos contadores do mundo inteiro, pois embora sejam usadas várias línguas, a estrutura contábil será a mesma. Atualmente a estrutura é mesclada, cada país adota uma forma diferente para a publicação de seus balanços em diversas mídias. Ao lado da Contabilidade Ambiental, estará as Normas Contábeis Internacionais (*International Accounting Standart* - IAS em Inglês), atualmente conhecidas como normas IFRS - *International Financial Reporting Standart* - (Padrão Internacional de Relatórios Financeiros), pois através desta padronização será possível estar atualizados com as normas contábeis utilizadas por empresas de outros países e principalmente um padrão no Brasil.

3. Análises de Resultados

Há alguns anos iniciou-se uma tendência mundial dos investidores que buscam empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas “investimentos socialmente responsáveis” (SRI), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista a longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Essa demanda vem se fortalecendo ao longo do tempo e atualmente é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional.

No Brasil, essa tendência já teve início e há a expectativa de que ela cresça e se consolide rapidamente. Atentas a isso, a BM & FBOVESPA, em conjunto com várias instituições – ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), IFC – *International Finance Corporation* (Corporação Financeira Internacional) do Banco Mundial, Instituto

ETHOS e Ministério do Meio Ambiente, decidiram unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Nesse sentido, essas organizações formaram um Conselho Deliberativo presidido pela BM & FBOVESPA, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento do ISE. Posteriormente, o Conselho passou a contar também com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em sua composição. A Bolsa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Foi realizado um levantamento de dados das empresas de Capital Aberto listadas na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) que divulgam informações sociais e ambientais no ano de 2016. Para demonstrar responsabilidade ambiental, essas empresas listam seus principais projetos para uma maior visibilidade no mercado de ações demonstrando o foco das empresas no assunto “sustentabilidade” através de ações planejadas em busca de credibilidade aos *stakeholders*, e a preocupação com recursos naturais. Das 429 empresas pesquisadas, 170 divulgam informações sociais e ambientais o que corresponde a 39,62% das listadas. A tabela 1 indica os percentuais destas empresas em relação ao nível de governança corporativa e ao total das empresas pesquisadas:

Tabela 1

Número de Empresas	Nível de Governança	Percentual Divulgação – 170 Empresas	Total Geral - 429 Empresas
73	Bolsa	42,94%	17,01%
19	Nível 1	11,17%	4,42%
14	Nível 2	8,23%	3,26%
64	Novo Mercado	37,64%	14,91%
		100%	39,60%

Adaptado pelos autores - Fonte: <http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/index.asp?Idioma=pt-br>

Apesar da presente pesquisa não divulgar os totais investidos pelas empresas apresentadas na Tabela 1, pode-se destacar que o número de empresas que divulgam as informações sociais e ambientais tem é elevado para as expectativas e práticas de mercado. Valor este significativo para o mercado brasileiro com histórico recente. Ainda nesta linha de pensamento, podemos verificar na Tabela 2 o grande número de divulgações que passam por processos de auditoria, índice este que dá sustentabilidade às empresas que fazem parte do mercado de ações brasileiro, superando temas relevantes como educação, saúde e capacitação profissional:

Tabela 2

Empresas Auditadas	Percentual Divulgação – 170 Empresas	Total Geral - 429 Empresas
67	39,41%	15,61%
103	60,59%	24,00%
	100%	39,61%

Adaptado pelos autores - Fonte: <http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/index.asp?Idioma=pt-br>

A tabela 2 acima demonstra que apesar da importância do tema, apenas 39,41% das empresas utilizam auditoria nas publicações realizadas. A partir da pesquisa realizada e apesar da criação do ISE e do PNUMA, nota-se a falta de padronização nas metodologias seguidas nas elaborações dessas informações. As empresas utilizam o GRI – *Global Reporting Initiative* (Iniciativa de Relatórios Globais), o IIRC – *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional Integrado de relatórios), o Pacto Global, a ISO 14001 *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização), a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a AA1000 lançada em 1999 pelo ISEA - *Institute of Social and Ethical Accountability* (Instituto de Responsabilidade Social e Ética) hoje *AccountAbility* (Prestação de Contas) e metodologias próprias que acabam dificultando as análises e comparação de resultados.

4. Conclusão

A Contabilidade Ambiental tem como papel fundamental produzir informações e registros atualizados sobre as atividades exercidas pela empresa que afetam o meio ambiente direta ou indiretamente, visando a facilitar a análise dos resultados patrimoniais,

possibilitando aos gestores a buscar de um modelo de desenvolvimento sustentável, uma melhor tomada de decisão e obtenção de melhores resultados econômicos e financeiros.

Seguindo as novas expectativas do mundo globalizado, podemos evidenciar a importância das informações contidas no Balanço Social como fator adicional para a busca da ética e a transparência empresarial, além da procura por um reconhecimento do mercado e da sociedade.

Por estas razões, os gestores precisam aplicar ações que minimizem os impactos ambientais, de forma a influenciar mudanças de cultura e comportamento das pessoas para despertar o comprometimento com a preservação do meio ambiente. Estas ações permitirão a continuidade do negócio com a manutenção dos recursos empresariais sem a descontinuidade das atividades em função da falta de condições ambientais ou escassez de matéria-prima, principalmente aquelas originadas dos recursos naturais.

A Contabilidade Ambiental é indispensável para que os *stakeholders* conheçam as ações ambientais das empresas que estão inseridas nos processos produtivos, pois relatam com precisão e confiabilidade as informações. Além do papel das empresas é necessário contar com a conscientização de que o ambiente é essencial para vida das próprias organizações e de toda a humanidade.

Referências

ANDRADE, M.M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. Elaboração de trabalhos na graduação.** 10ª Edição.São Paulo:Atlas, 2013.

BOVESPA,BM&F. **Mercados.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br>. Acessado em 11 de fevereiro de 2017.

BRAGA,C. **Contabilidade Ambiental. Ferramenta para a gestão da sustentabilidade.** 1.Ed.São Paulo, 2007

CARVALHO,G.M.B. **Contabilidade Ambiental Teoria e Prática.** 2ª Edição. São Paulo:Atlas, 2006.

DONAIRE,D. **Gestão Ambiental na Empresa.** 2ª Edição. São Paulo:Atlas, 2011.

FERREIRA, A.C.S. **Contabilidade Ambiental. Uma informação para o desenvolvimento sustentável.** 3ª Edição. São Paulo:Atlas,2011.

GONÇALVES,S.S; HELIDORO,P.A. **A contabilidade ambiental como um novo paradigma.**In: Anais Semead, São Paulo:2009.

IUDÍCIBUS , S. **Teoria da Contabilidade.** 10ª Edição. São Paulo:Atlas 2010.

LUCIANDRA, J. **Contabilidade Ambiental. Um estudo sobre sua importância e aplicabilidade nas indústrias do Espírito Santo.** In: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia: 2000.

MATOS,M.A; SCHENINI,P.C ; OLIVEIRA,V; TODT , M. **Agenda 21.Ferramenta para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.** In:Anais Semead, São Paulo: 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Brasília, 2009.

PHILIPP,A.; RONERO, M.A. **Curso de Gestão Ambiental.** 2ª Edição São Paulo: Manole, 2014.

SILVA, A.C.R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. Orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANLUCA, J. C. **Contabilidade ambiental.**Net, São Paulo, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.brasilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 15 nov 2016.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 5ª Edição São Paulo: Saraiva; 2015.